DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5002/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/3115/2013
PROTOCOLO	: 1395978
ÓRGÃO	: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E HABITAÇÃO DE CAMPO GRANDE/MS
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: SEMY ALVES FERRAZ
TIPO DE PROCESSO	: NOTA DE EMEPENHO Nº. 01791/2012
RELATOR (A)	: JERSON DOMINGOS

RELATÓRIO

O presente processo é referente à análise do procedimento Licitatório Carta Convite nº. 728/2012, formalização do instrumento substitutivo do contrato- Nota de Empenho nº 1791/2012 e sua execução financeira, celebrado entre a Secretaria de Infraestrutura, Transporte e Habitação de Campo Grande e a empresa MDR DISTRIBUIDORA DE SERVIÇOS LTDA-ME, tendo como objeto a aquisição de ferramentas para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação, cujo valor contratado foi de R$ 48.990,52.

A documentação foi encaminhada a esta Corte Contas para análise da 1ª, 2ª e 3ª fase – procedimento licitatório, formalização contratual e execução financeira.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo exarou a análise n.º 5822/2014 (peça nº. 35) onde opinou pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório, da formalização do instrumento substitutivo do contrato- Empenho nº 1791/2012 e da execução financeira em questão.

Por conseguinte, o Ministério Público de Contas, emitiu o Parecer nº. 2686/2015 (peça nº. 37), concordando com a equipe especializada, opinou pelo julgamento legal e regular do procedimento licitatório (1ª fase) da formalização da nota

de empenho (2ª fase) e prestação financeira da mesma (3ª fase) nos termos dos Incisos I, II e III, do Artigo 120 c/c o artigo 121, I, II e III ambos da RN/TCE/MS nº 076/2013.

É o relatório.

De uma análise detida dos autos, com base nas informações técnicas fornecidas pela equipe especializada da 3ªICE e de acordo com a ordem temporal dos atos que concorreram com a contratação, constato que foi obedecido o prazo previsto no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como, o prazo de remessa a esta Corte de Contas disposto na instrução Normativa TC/MS nº. 35/2011.

A licitação foi devidamente formalizada (1ª fase) e atendeu às imposições estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666/1993 e encontra-se consoante com a documentação exigida na Instrução Normativa TC/MS n.º 035/2011.

Em relação ao instrumento contratual substitutivo este atende o estabelecido no diploma legal das licitações públicas e artigo 58 da Lei Federal nº 4.320/64[1], bem como as determinações contidas no regulamento especial desta Corte de Contas.

De acordo com a análise técnica, a execução financeira do instrumento em tela, assim resultou:

- Nota de empenho: R$ 48.990,52;

[1] Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

- Nota fiscal: R$ 48.990,52 e
- Ordem de pagamento: R$ 48,990,52.

Desta forma, acolho o parecer da Equipe Técnica da 3ª ICE e do Ministério Público de Contas e **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório Carta Convite nº. 728/2012, formalização do instrumento substitutivo do contrato-Nota de Empenho nº 1791/2012 e sua execução financeira, celebrado entre Secretaria de Infraestrutura, Transporte e Habitação de Campo Grande e a empresa MDR DISTRIBUIDORA DE SERVIÇOS LTDA-ME, com base no artigo 59, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012, artigo 120, incisos I, II e III c/c o artigo 121, I, II e III ambos da Resolução Normativa TC/MS n.º 076/2013 e,

II– Pela **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012 c/c o artigo 94 da Resolução Normativa TC/MS n.º 076/2013.

É como decido.

Campo Grande/MS, 29 de julho de 2015.

JERSON DOMINGOS
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

ACBO